

## **PROTOCOLO DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E OUTRAS VIOLÊNCIAS.**

### **I- DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS NA REDE:**

A criança ou adolescente vítima de violência doméstica, sexual e outras violências poderá dar entrada em qualquer instituição pública, privada ou conveniada das áreas de saúde, educação, segurança pública, órgãos de proteção e instituições socioassistenciais (acolhimento, atividades no contraturno escolar etc).

No entanto, o protocolo de atendimento prioritário à vítima deve ser observado por todas as instâncias.

Ressalta-se que compromisso de preservar e resguardar a identidade da criança e adolescente vítima de violência doméstica, sexual e outras violências é inerente a todos os integrantes da Rede.

### **II- DAS COMPETÊNCIAS:**

#### **1- Compete ao Conselho Tutelar:**

1. Atender prioritariamente às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, sexual e outras violências;
2. Acolher e orientar as vítimas e familiares quanto aos procedimentos inerentes aos casos de violência doméstica, sexual e outras violências;
3. Assim que acionado, dirigir-se ao órgão que originou a chamada e proceder aos encaminhamentos necessários à Rede de Atendimento;
4. Acompanhar a vítima no exame pericial e no atendimento médico, permanecendo no Hospital sempre que solicitado pela equipe técnica;
5. Acompanhar a contra-referência de cada encaminhamento, zelando pelo padrão de qualidade no atendimento às vítimas e familiares;
6. Informar a Vigilância Epidemiológica Municipal, sobre os casos de violência ocorridos no município, através de relatórios semanais.
7. Promover orientação e capacitação dos servidores quanto ao funcionamento da Rede, procedimentos para atendimento qualificado e

eventuais encaminhamentos das crianças ou adolescentes vitimados, bem como seus familiares;

8. Participar efetivamente das reuniões de monitoramento e avaliação do trabalho em Rede e do Protocolo de Atendimento Prioritário às Crianças e Adolescentes Vítimas de violência doméstica, sexual e outras violências;
9. Promover em conjunto com o Creas o acompanhamento da criança/adolescente vitimizado, assegurando junto à família ou Instituição ( nos casos de acolhimento) o cumprimento do calendário de retomo médico. ( acréscimo- reunião de avaliação de 12/06/13).
10. Preencher FICHA DE NOTIFICAÇÃO / INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS, Portaria Nº 1271 de 11 de junho de 2014, e encaminhar à Vigilância Epidemiológica Municipal no prazo máximo de sete dias.

## **2- Compete ao CREAS:**

1. Acionar o Conselho Tutelar caso o órgão não tenha ciência da violência doméstica, sexual e outras violências sofrida pela criança ou adolescente;
2. Oferecer atendimento psicológico e social às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, sexual e outras violências e a seus familiares;
3. Acompanhar a criança ou adolescente vítima de violência doméstica e outras violências ao IML no momento de realização do exame pericial, sempre que necessário;
4. Orientar e capacitar servidores dos demais setores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, quanto ao funcionamento da Rede e procedimentos para atendimento qualificado e eventuais encaminhamentos das crianças ou adolescentes vitimados, bem como seus familiares;
5. Organizar palestras, seminários, cursos ou oficinas direcionadas aos profissionais de educação, isoladamente ou em parceria com instituições ou programas afins, visando orientar os profissionais sobre os sinais característicos de violência e os procedimentos para denúncia e apuração dos fatos;
6. Participar efetivamente das reuniões de monitoramento e avaliação do trabalho em Rede e do Protocolo de Atendimento Prioritário às Crianças e Adolescentes Vítimas de violência doméstica, sexual e outras;

7. Promover em conjunto com o Conselho Tutelar o acompanhamento da criança/adolescente vitimizado, assegurando junto à família ou Instituição ( nos casos de acolhimento) o cumprimento do calendário de retomo médico. ( acréscimo- reunião de avaliação de 12/06/13);
8. Disponibilizar, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, servidor responsável por acompanhar a internação de criança ou adolescente, nos casos em que não haja familiar ou responsável apto a permanecer na unidade hospitalar ( acréscimo- reunião de avaliação de 12/06/13);
9. Preencher FICHA DE NOTIFICAÇÃO / INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS, Portaria Nº 104 /GM/MS de 25 de janeiro de 2011, e encaminhar à Vigilância Epidemiológica Municipal no prazo máximo de sete dias.

### **3- Compete às Unidades de Saúde:**

#### **A todas as Unidades de Saúde:**

1. Prestar atendimento prioritário à criança ou adolescente vítima de violência doméstica, sexual e outras violências;
2. Comunicar imediatamente ao Conselho Tutelar os casos suspeitos ou confirmados de violência contra a criança ou adolescente<sup>1</sup>;
3. Notificar as violências em Ficha de Notificação e Investigação Epidemiológica específica, em conformidade com a Portaria Nº 104/ GM/MS de 25 de janeiro de 2011 e encaminhar à Vigilância Epidemiológica Municipal no prazo máximo de sete dias.
4. Promover orientação e capacitação dos servidores quanto ao funcionamento da Rede, procedimentos para atendimento qualificado e eventuais encaminhamentos das crianças ou adolescentes vitimados, bem como seus familiares.

---

1

ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

**Às Unidades de Referência:**

**Santa Casa de Misericórdia:**

1. Reservar apartamento na ala pediátrica para atendimento às crianças ou adolescentes vítimas de violência doméstica, sexual e outras violências;
2. Proceder ao atendimento necessário, inclusive ministrando os medicamentos previstos nas normatizações de atendimento da área de saúde;
3. Acionar o Conselho Tutelar caso o órgão não tenha ciência da violência sofrida pela criança ou adolescente;
4. Notificar as violências em Ficha de Notificação e Investigação Epidemiológica específica, em conformidade com a Portaria Nº 104/GM/MS de 25 de janeiro de 2011 e encaminhar à Vigilância Epidemiológica Municipal no prazo máximo de sete dias.
5. Promover orientação e capacitação dos servidores quanto ao funcionamento da Rede, procedimentos para atendimento qualificado e eventuais encaminhamentos das crianças ou adolescentes vitimados, bem como seus familiares;
6. Participar efetivamente das reuniões de monitoramento e avaliação do trabalho em Rede e do Protocolo de Atendimento Prioritário às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica, Sexual e outras violências.

**Hospital Municipal Jamel Cecílio:**

1. Reservar espaço adequado para atendimento às crianças ou adolescentes vítimas de violência doméstica, sexual e outras violências;
2. Proceder ao atendimento necessário, inclusive ministrando os medicamentos previstos nas normatizações de atendimento da área de saúde;
3. Acionar o Conselho Tutelar caso o órgão não tenha ciência da violência sofrida pela criança ou adolescente;
4. Notificar as violências em Ficha de Notificação e Investigação Epidemiológica específica, em conformidade com a Portaria Nº 104/

GM/MS de 25 de janeiro de 2011 e encaminhar à Vigilância Epidemiológica Municipal no prazo máximo de sete dias.

5. Promover orientação e capacitação dos servidores quanto ao funcionamento da Rede, procedimentos para atendimento qualificado e eventuais encaminhamentos das crianças ou adolescentes vitimados, bem como seus familiares;
6. Participar efetivamente das reuniões de monitoramento e avaliação do trabalho em Rede e do Protocolo de Atendimento Prioritário às Crianças e Adolescentes Vítimas de violência doméstica, sexual e outras violências.

#### **4- Compete à Vigilância Epidemiológica Municipal:**

1. Viabilizar a obtenção de dados e divulgação de informações sobre violências;
2. Conhecer e monitorar a magnitude das violências através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN);
3. Complementar as análises epidemiológicas já realizadas com os dados dos Sistemas de mortalidade (SIM) e de morbidade hospitalar (SIH) revelando mais detalhes sobre as características da vítima, circunstâncias do evento e do provável autor da agressão;
4. Realizar busca ativa e investigação dos eventos subnotificados;
5. Acompanhar evolução dos casos graves para encerramento da ficha de investigação;
6. Supervisionar as ações do programa DST/AIDS e Hepatites Virais;
7. Realizar educação permanente para profissionais de saúde visando à qualidade do atendimento e a redução de subnotificações;
8. Propor ações de prevenção;
9. Acionar Vigilância Sanitária Municipal frente ao descumprimento das Portaria Nº 104/GM/MS de 25 de janeiro de 2011;
10. Encaminhar notificação ao CEREST em caso de trabalho infantil.

#### **5- Compete ao Programa Dst/Aids e Hepatites Virais:**

1. Garantir a disponibilização dos medicamentos para profilaxia dos pacientes vítimas de violência doméstica, sexual e outras violências.
2. Supervisionar o funcionamento (controle de insumos, medicamentos, exames, etc.) da rede inerente ao Programa DST/AIDS e Hepatites Virais nas unidades de referência.
3. Disponibilizar acompanhamento médico especializado na área de infectologia e infectopediatria.

#### **6- Compete às Delegacias de Polícia:**

A Delegacia de Referência para casos de violação dos direitos das crianças e adolescentes é a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente- DPCA. No entanto, considerando a ocorrência de atendimentos nos plantões, cabe a todas as Delegacias de Polícia:

1. Priorizar o atendimento à criança ou adolescente vítima de violência doméstica, sexual e outras violências. E havendo necessidade de espera, providenciar lugar reservado e adequado para sua permanência e de seus familiares;
2. Caso seja instaurado procedimento, encaminhar o inquérito policial ao Poder Judiciário;
3. Promover orientação e capacitação dos servidores quanto ao funcionamento da Rede, procedimentos para atendimento qualificado e eventuais encaminhamentos das crianças ou adolescentes vitimados, bem como seus familiares;
4. Solicitar ao Núcleo Regional de Polícia Técnico Científica, sempre que necessário, o laudo de constatação prévia mencionando no ofício que o laudo deverá ser entregue ao policial civil e/ou conselheiro tutelar (sem necessidade de nominar o conselheiro tutelar);
5. Compete à DPCA participar efetivamente das reuniões de monitoramento e avaliação do trabalho em Rede e do Protocolo de Atendimento Prioritário às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica, Sexual e outras Violências;

#### **7- Compete ao Núcleo Regional de Polícia Técnico Científica:**

1. Promover orientação e capacitação dos servidores quanto ao funcionamento da Rede, procedimentos para atendimento qualificado e

eventuais encaminhamentos das crianças ou adolescentes vitimados, bem como seus familiares;

2. Viabilizar o atendimento médico legal na unidade de saúde quando a violência física levar à internação da criança ou adolescente;
3. Priorizar o atendimento à criança ou adolescente vítima de violência sexual. E havendo necessidade de espera, providenciar sala adequada para sua permanência e de seus familiares;
4. Fornecer a constatação prévia ao Policial Civil ou conselheiro tutelar, sempre que requisitado pela autoridade policial mediante ofício/requisição, para entrega imediata à Delegacia na qual tenha sido registrado o boletim de ocorrência;
5. Participar efetivamente das reuniões de monitoramento e avaliação do trabalho em Rede e do Protocolo de Atendimento Prioritário às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica, Sexual e outras violências.

#### **8- Compete às Unidades de Educação:**

1. Promover palestras, seminários, cursos ou oficinas direcionadas aos profissionais de educação, em conjunto com o CREAS, Núcleo de Apoio à Saúde da Família-NASF e demais instituições ou programas existentes, visando orientar os profissionais sobre os sinais característicos de violência e os procedimentos para denúncia e apuração dos fatos;
2. Divulgar entre os servidores os Artigos 13 e 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA;
3. Mediante convocação, participar das reuniões de monitoramento e avaliação do trabalho em Rede e do Protocolo de Atendimento Prioritário às Crianças e Adolescentes Vítimas de violência doméstica, sexual e outras violências.

#### **9- Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA:**

1. Promover a divulgação do Protocolo de Atendimento Prioritário à Criança e Adolescente Vítima de Violência Doméstica, Sexual e outras violências;
2. Coordenar a realização de reuniões trimestrais para monitoramento e avaliação do trabalho em Rede e do Protocolo de Atendimento Prioritário

às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica, Sexual e outras violências;

3. Participar efetivamente das reuniões de monitoramento e avaliação do trabalho em Rede e do Protocolo de Atendimento Prioritário às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica, Sexual e outras violências.

**10- Compete à Polícia Militar:**

1. Quando recebida denúncia de violência, doméstica, sexual e outras violências, acionar imediatamente o Conselho Tutelar para a tomada das providências cabíveis;
2. Promover orientação ao efetivo quanto às diretrizes do Protocolo de Atendimento Prioritário às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica, Sexual e outras violências, solicitando a observância e cumprimento do mesmo.

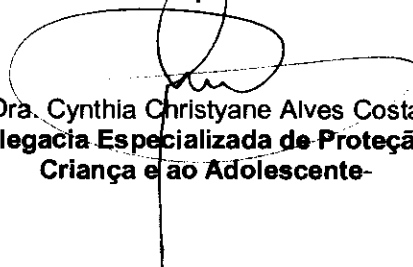
**11- Compete ao Juizado da Infância e Juventude e ao Ministério Público:**

1. Não excluídas suas atribuições, acompanhar a realização das reuniões trimestrais para monitoramento e avaliação do trabalho em Rede e do Protocolo de Atendimento Prioritário às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência doméstica, Sexual e outras violências.


Anápolis, 19 de maio de 2015.

  
Dr. Carlos José Limongi Sterse  
-Juizado da Infância e Juventude-

  
Dr. Álvaro Cássio dos Santos  
-3ª Delegacia Regional de Polícia de Anápolis-

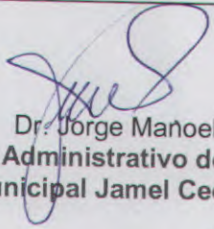
  
Dra. Cynthia Christyane Alves Costa  
-Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente-

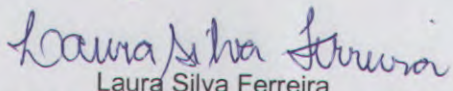
  
Dr. Marcelo Cecílio Daher  
-Diretor Técnico da Unidade de Saúde Jundiá OSEGO-

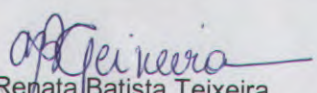
  
Juliana Lopes de Paula  
-Coordenação do Programa Dst/Aids e Hepatites Virais-

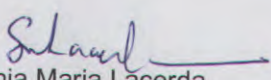
  
Dr. Sérgio Marques  
-Diretor Técnico do Hospital Municipal Jamel Cecílio-



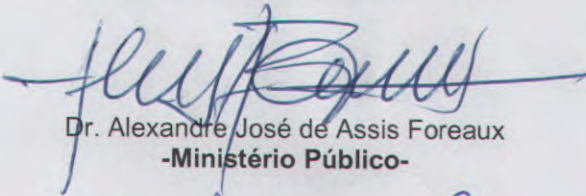
  
Dr. Jorge Manoel  
-Diretor Administrativo do Hospital  
Municipal Jamel Cecílio-

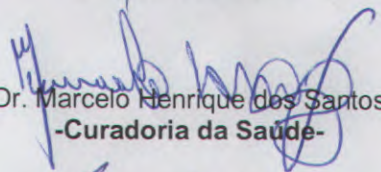
  
Laura Silva Ferreira  
-Gerência de Vigilância Epidemiológica-

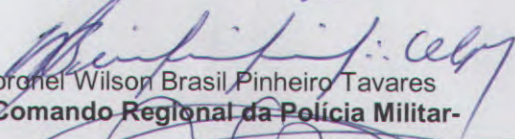
  
Renata Batista Teixeira  
- 10º Núcleo Regional de Polícia Técnico  
Científica-

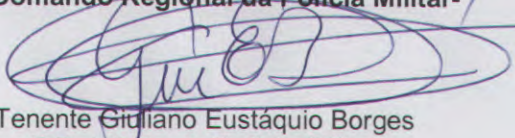
  
Sonja Maria Lacerda  
- Subsecretaria Regional de Educação-

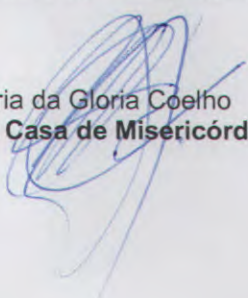
  
Virgínia Maria Pereira de Melo  
-Secretaria Municipal de Educação-

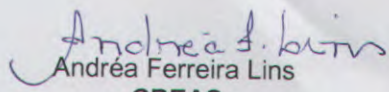
  
Dr. Alexandre José de Assis Foreaux  
-Ministério Público-

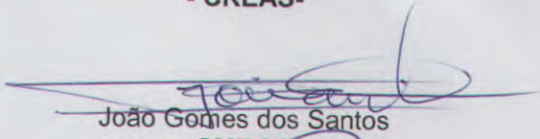
  
Dr. Marcelo Henrique dos Santos  
-Curadoria da Saúde-

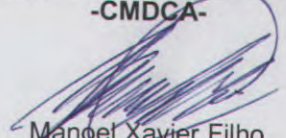
  
Coronel Wilson Brasil Pinheiro Tavares  
-3º Comando Regional da Polícia Militar-

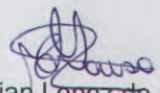
  
Tenente Giuliano Eustáquio Borges  
-4º Batalhão da Polícia Militar-

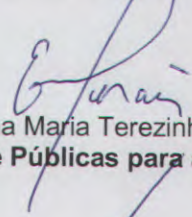
  
Maria da Glória Coelho  
- Santa Casa de Misericórdia-

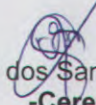
  
Andréa Ferreira Lins  
- CREAS-

  
João Gomes dos Santos  
-CMDCA-

  
Manoel Xavier Filho  
-Conselho Tutelar Leste -

  
Mirian Lopez de Souza  
-Conselho Tutelar Oeste-

  
Dra. Erondina Maria Terezinha de Moraes  
- Diretoria de Políticas para as Mulheres-

  
Mirian dos Santos Gomes  
-Cerest-

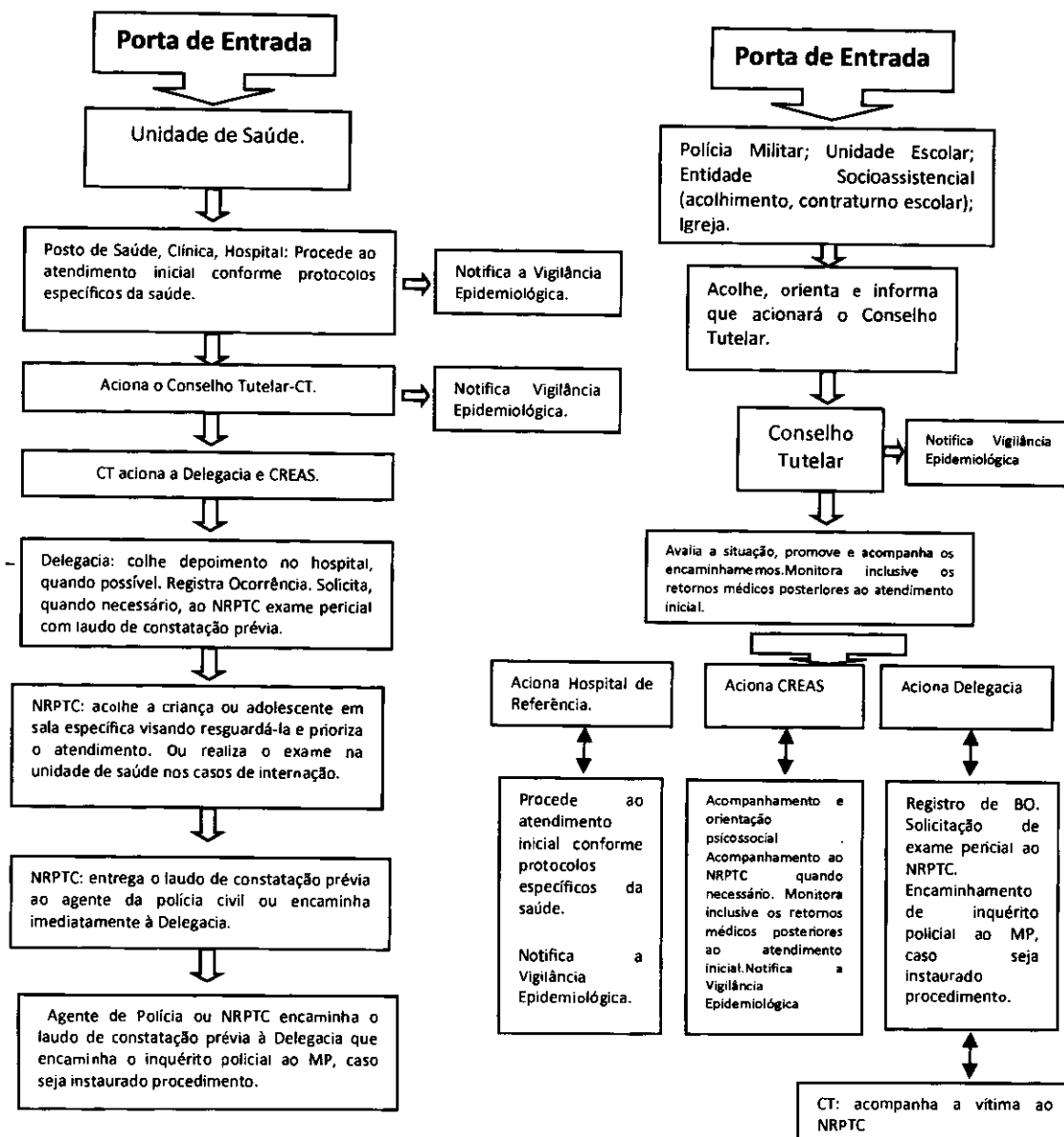
  
Francisco Ferreira Rosa  
-Secretaria de Desenvolvimento Social-

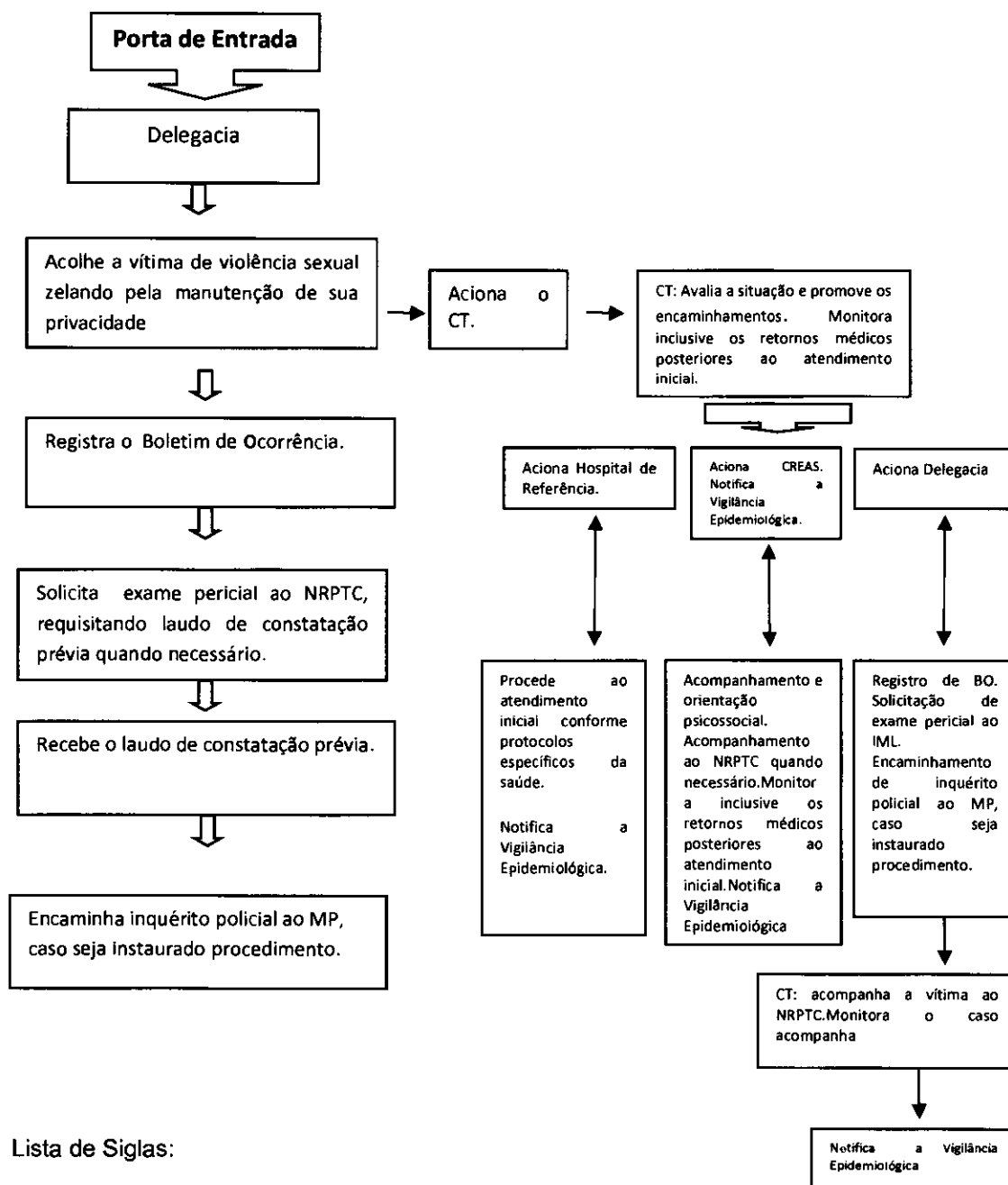
## FLUXO OPERACIONAL

Geralmente as vítimas de violência sexual ou pessoas próximas buscam orientação ou denunciam a violência sexual na Polícia Militar, Unidades Escolares, Entidades Socioassistenciais, Unidades de Saúde, Delegacias, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Disque 100, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público e Igrejas.

É imprescindível que essas pessoas recebam a correta orientação, evitando assim a exposição desnecessária e a revitimização, que potencializam o sofrimento e os danos causados pela violência sexual.

Considerando a necessidade de padronização dos procedimentos, foi elaborado o Fluxo Operacional, que deve ser observado e seguido por todas as instâncias, cabendo aos órgãos integrantes da Rede promover a divulgação do mesmo.





**Lista de Siglas:**

BO - Boletim de Ocorrência  
 CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
 CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
 CT- Conselho Tutelar  
 Ministério Público – MP  
 Núcleo Regional de Polícia Técnico Científica- NRPTC

Anápolis, 19 de Maio de 2015.

## ANEXOS

**1- Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência.  
Orientação para Gestores e profissionais de Saúde.**

**Brasília-DF- 2010  
Ministério da Saúde**

**2-Instrutivo- Notificação de Violência doméstica, sexual e outras violências.**

**Brasília-DF- 2011  
Ministério da Saúde**

**3- Trabalho Infantil- Diretrizes para a Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes Economicamente Ativos.  
Saúde do Trabalhador-Edição Especial- complexidade diferenciada.**

**Brasília-DF- 2005  
Ministério da Saúde**

**4- Competências do CEREST:**

Etapa I – Identificação de situação de trabalho.

Etapa II – Avaliação e diagnóstico:

1. Todas as crianças e adolescentes trabalhadores ou com história pregressa de trabalho, independente da situação de trabalho (legal ou ilegal):  
Avaliar a exposição a fatores de risco.
  - a Afastar todos em situação de exposição irregular, sujeitos a ambientes insalubres, perigosos e/ou penosos.
  - b Notificar imediatamente o Sistema Nacional de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, os Sistemas de Vigilância em Saúde Estadual e Municipal, a Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério Público do Trabalho e o Conselho Tutelar.
  - c Investigar a existência de outros trabalhadores crianças/ adolescentes nesta situação.
2. Todas as crianças devem passar por uma avaliação de saúde, condizente com sua idade e recomendada pelos protocolos assistenciais do Ministério da Saúde

Etapa III – Encaminhamentos:

- (1) Incluir uma abordagem familiar e comunitária nas atividades de educação em saúde e segurança no trabalho.
- (2) Articular com a vigilância em saúde e com as diversas instâncias



de Saúde do Trabalhador uma avaliação do ambiente e do processo de trabalho.

(3) Promover integração intersetorial, caso necessário, com os seguintes setores:

- (a) Organismos responsáveis pela inspeção do trabalho (Delegacias Regionais do Trabalho/Ministério do Trabalho e Emprego);
- (b) Instituições de defesa de direitos da infância e da juventude (Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos);
- (c) Programas de transferência de renda – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Bolsa Família e outros;
- (d) Escolas, incluindo as do Serviço Nacional de Aprendizagem (Senac, Senai, Senar, Senat);
- (e) Empresas;
- (f) Redes sociais de apoio (instituições religiosas, associações da sociedade civil, etc.);
- (g) Ministério Público e Ministério Público do Trabalho.